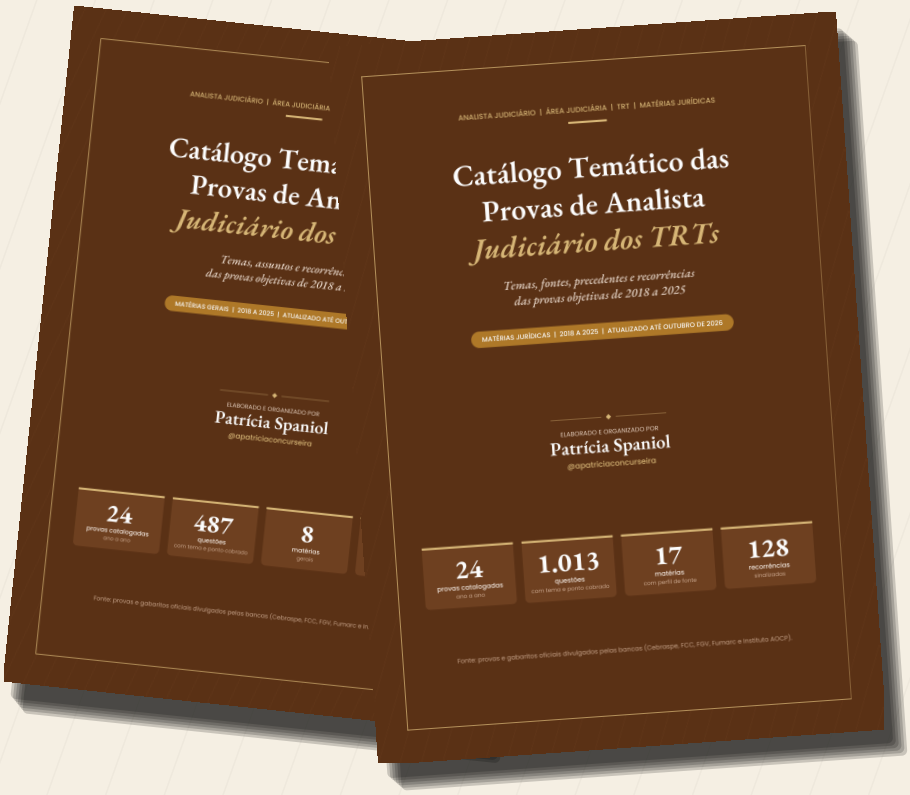
ANALISTA JUDICIÁRIO | TRT | PROVAS OBJETIVAS

AMOSTRA GRATUITA

Catálogo Temático das Provas de Analista *Judiciário dos TRTs*

Temas, fontes, precedentes e recorrências das provas objetivas de 2018 a 2025



ELABORADO E ORGANIZADO POR

Patrícia Spaniol

@patriciaiuris

AMOSTRA GRATUITA

O que você vai ver nesta amostra

Páginas reais do catálogo e do bônus, sem nenhuma alteração.

1 **Sobre o material**
A apresentação do catálogo e da autora: o que ele organiza e como usar.

2 **Uma página de temas**
Direito do Trabalho na prova do TRT1 de 2025, com as marcas de recorrência nas outras provas.

3 **Uma página do bônus**
Raciocínio Lógico e Matemática na prova do TRT1 de 2025, no volume de Matérias Gerais.

SÓ NO MATERIAL COMPLETO

- Matérias Jurídicas: as 24 provas de 2018 a 2025, com 1.013 questões organizadas por ano, prova e matéria
- Panorama estatístico com gráficos e quadro de recorrências das 24 provas
- Raio-x, leitura estratégica e pontos de atenção de cada prova, com as mudanças posteriores
- Localizador por matéria e índice de precedentes
- Bônus: Matérias Gerais (Português, Raciocínio Lógico, Informática, Administração e outras), com 487 questões

Material de divulgação. O compartilhamento desta amostra é livre, desde que sem alterações.

APRESENTAÇÃO

Sobre este material

Um mapa do que as provas objetivas de Analista Judiciário, Área Judiciária, dos Tribunais Regionais do Trabalho cobraram, prova a prova e matéria a matéria.

Este é o volume de Matérias Jurídicas do Catálogo Temático das Provas de Analista Judiciário dos TRTs. Reúne as 24 provas objetivas do cargo (Área Judiciária, sem especialidade) aplicadas de 2018 a 2025 por Cebraspe, FCC, FGV, Fumarc e Instituto AOCP, num total de 1.013 questões das matérias jurídicas. Cada questão foi lida na íntegra, com o gabarito, e convertida em uma entrada: matéria, tema, ponto efetivamente cobrado, fonte exigida (lei seca, jurisprudência ou doutrina), dispositivos e precedentes que a resolvem. **Quando um precedente ou dispositivo volta a ser cobrado em outra prova, a entrada sinaliza a recorrência**, para que a revisão priorize o que a banca já repetiu.

COMO ESTÁ ORGANIZADO

1. Panorama estatístico das 24 provas, com gráficos comparativos
2. Recorrências: precedentes e dispositivos que as provas repetem
3. Provas ano a ano: raio-x, leitura estratégica, pontos de atenção e temas por matéria
4. Localizador por matéria e índice de precedentes

Volume complementar: Matérias Gerais (Língua Portuguesa, Raciocínio Lógico e Matemática, Informática e outras), com o mesmo método, em arquivo separado.

COMO USAR

Revisão por matéria: o localizador reúne cada matéria em todas as provas, com link para a página.

Prioridade: a marca de recorrência indica o que a banca já cobrou mais de uma vez.

Pontos de atenção: cada prova traz as polêmicas, os gabaritos discutíveis e as mudanças posteriores à aplicação.

QUEM ORGANIZOU



Patrícia Spaniol

@patriciaiuris

Analista Judiciária Federal · Assistente técnica em gabinete de Desembargadora Federal

A concepção deste material decorre da convergência entre a prática da assessoria em gabinete, voltada à identificação precisa das teses determinantes para a resolução de controvérsias complexas, e o exame sistemático das provas de concursos jurídicos. Cada questão foi submetida a análise técnica individual, com a extração objetiva do tema, da fonte exigida e dos dispositivos e precedentes que a resolvem.

Aprovada em nove concursos públicos, entre eles:

2024 TRF da 3ª Região
Analista Judiciária, Área Judiciária (41° lugar) e Técnica Judiciária (27° lugar)

2022 TJDFT
Analista Judiciária, Área Judiciária, e Técnica Judiciária, Área Administrativa

2021 Câmara Municipal de Igarapava/SP
Procuradora Legislativa

2018 TRT da 15ª Região
Técnica Judiciária, Área Administrativa

2018 DAAE de Araraquara/SP
Procuradora Autárquica

Licença de uso individual e intransferível. São proibidos a reprodução, o compartilhamento e a revenda, totais ou parciais, sem autorização da autora (Lei 9.610/1998).

AMOSTRA GRATUITA

TEMA E PONTO COBRADO	FONTE	BASE NORMATIVA E PRECEDENTES
Chamamento público e inexigibilidade no MROSC As parcerias com organizações da sociedade civil são precedidas de chamamento público, salvo as hipóteses legais de dispensa e inexigibilidade; é inexigível o chamamento quando a competição for inviável em razão da natureza singular do objeto ou quando as metas só puderem ser atingidas por entidade específica. O edital deve trazer a minuta do instrumento de parceria, o julgamento considera a adequação da proposta aos objetivos e ao valor de referência, a dispensa por urgência exige paralisação ou iminência de paralisação de atividade de relevante interesse público, e tanto o termo de colaboração quanto o de fomento envolvem transferência de recursos (sem transferência, o instrumento é o acordo de cooperação). RECORRENTE **Lei 13.019/2014, art. 2º** em TRT6 18, TRT6 25 · **Lei 13.019/2014, art. 24** em TRT6 18	LEI SECA	LEGISLAÇÃO Lei 13.019/2014, arts. 2°, VII, VIII e VIII-A, 24, 27, 30 e 31

Direito do Trabalho 5 questões

TEMA E PONTO COBRADO	FONTE	BASE NORMATIVA E PRECEDENTES
Fornecimento de EPI e adicional de insalubridade O simples fornecimento do aparelho de proteção não exime o empregador do adicional de insalubridade: cabe-lhe tomar as medidas que diminuam ou eliminem a nocividade, entre elas as relativas ao uso efetivo do equipamento. O adicional exige que a atividade conste da relação oficial do Ministério do Trabalho, não é afastado pela exposição intermitente, só é excluído por aparelhos aprovados pelo órgão competente que eliminem a insalubridade e cessa com a eliminação do risco, sem incorporação à remuneração. RECORRENTE **Súmula 80/TST** em TRT3 22, TRT14 22, TRT24 25 · **Súmula 448/TST** em TRT3 22, TRT8 22, TRT14 22 · **Súmula 47/TST** em TRT3 22, TRT14 22 · **CLT, art. 191** em TRT3 22, TRT14 22, TRT6 25, TRT24 25 · mais 2 itens recorrentes	LEI SECA JURISPRUDÊNCIA	LEGISLAÇÃO CLT, arts. 190, 191 e 194 PRECEDENTES Súmula 47/TST Súmula 80/TST Súmula 289/TST Súmula 448/TST
Requisitos das férias coletivas As férias coletivas podem abranger todos os empregados ou apenas estabelecimentos ou setores, em até dois períodos anuais de no mínimo 10 dias cada, e o empregador deve comunicar ao órgão local do Ministério do Trabalho, com antecedência mínima de 15 dias, as datas de início e fim e os estabelecimentos ou setores abrangidos. Os empregados com menos de 12 meses gozam férias proporcionais e iniciam novo período aquisitivo, sem necessidade de autorização sindical. RECORRENTE **CLT, art. 139** em TRT21 23, TRT20 24 · **CLT, art. 140** em TRT21 23, TRT20 24	LEI SECA	LEGISLAÇÃO CLT, arts. 139, caput e §§ 1° e 2°, e 140
Parcelas salariais e não salariais após a Reforma Trabalhista Integram o salário a importância fixa, as gratificações legais (como a gratificação de função de no mínimo 40% do gerente) e as comissões; ajuda de custo, auxílio-alimentação, diárias, prêmios e abonos não integram, mas o auxílio-alimentação só tem natureza não salarial se não for pago em dinheiro. Por isso, a gratificação de função e o auxílio-alimentação pago em dinheiro integram o salário, e o prêmio produtividade e a ajuda de custo não. RECORRENTE **CLT, art. 457** em TRT6 18	LEI SECA	LEGISLAÇÃO CLT, arts. 62, II e parágrafo único, e 457, §§ 1°, 2° e 4°

POLÊMICA A gratificação por tempo de serviço não foi tratada como salarial porque o art. 457, § 1°, da CLT, na redação da Lei 13.467/2017, menciona apenas gratificações legais; a Súmula 203/TST, que afirma sua natureza salarial, não foi cancelada, e parte da doutrina sustenta que gratificações ajustadas mantêm natureza salarial.

Licença de uso individual e intransferível. São proibidos a reprodução, o compartilhamento e a revenda, totais ou parciais, sem autorização da autora (Lei 9.610/1998).

AMOSTRA GRATUITA

TEMA E PONTO COBRADO	ASSUNTO
Reescrita com preservação de sentido e coesão "As virtudes inatas dessa liderança singular refundariam as instituições suprimidas" equivale a "Uma liderança especial, naturalmente virtuosa, recuperaria o valor de instituições extintas": inatas corresponde a naturalmente, singular a especial, suprimidas a extintas, e o futuro do pretérito preserva o valor hipotético. As demais redações invertem a relação entre liderança e instituições ou trocam virtudes inatas por adquiridas. RECORRENTE **Reescrita e equivalência de frases** em 15 outras provas	REESCRITA E EQUIVALÊNCIA DE FRASES
Função argumentativa de exemplo no texto **Conhecimento exigido:** reconhecimento da função de um exemplo em texto argumentativo, que ilustra a tese do parágrafo anterior e o desfecho padrão da situação apresentada. **Ponto de atenção:** as distratoras invertiam o desfecho do exemplo, levavam a sério uma qualificação que o autor relativiza ou ampliavam o objeto para fatos históricos; confira o resultado da história exemplar e o tom com que o autor a apresenta.	COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO
Paradoxo entre voluntarismo pessoal e ordem pública Há paradoxo na formulação de que um voluntarismo pessoal propicia a ordenação dos interesses públicos, pois associa a iniciativa individual e solitária à fundação da ordem coletiva, ideia que o texto aponta na "mensagem" dos filmes. As demais formulações são relações lógicas diretas, sem contradição aparente. RECORRENTE **Figuras de linguagem** em TRT1 18, TRT22 22, TRT3 22, TRT5 22, TRT17 22, TRT18 23, TRT20 24, TRT15 25	FIGURAS DE LINGUAGEM
Substituição de "submetiam a seus interesses" "Submetiam a seus interesses o xerife e o juiz" pode ser substituído por "subjugavam com seus interesses o xerife e o juiz", pois subjugar mantém o sentido de dominar e sujeitar. As demais opções alteram o sentido ("consideravam como interessados", "sujeitavam seus interesses para", "expunham com seus interesses") ou criam regência inadequada ("subordinavam diante de"). RECORRENTE **Reescrita e equivalência de frases** em 15 outras provas	REESCRITA E EQUIVALÊNCIA DE FRASES
Conector de simultaneidade na reescrita Com o início "A impunidade ameaçava ser eterna", a continuação coerente é "enquanto a lei servia de fachada", pois o conector temporal expressa a simultaneidade entre os fatos e mantém o pretérito imperfeito do indicativo. Conectores concessivos ("conquanto", "ainda que") criariam oposição inexistente, e os finais ("de modo a", "para") alterariam a relação lógica. RECORRENTE **Coesão e coerência** em 11 outras provas	COESÃO E COERÊNCIA

Raciocínio Lógico e Matemática 5 questões

TEMA E PONTO COBRADO	ASSUNTO
Divisão proporcional e fração de subconjunto **Conhecimento exigido:** divisão de um total em partes proporcionais (a razão a/b gera a + b partes iguais) e cálculo de fração de um subconjunto. **Ponto de atenção:** a razão compara as duas partes entre si, e não uma parte com o total; depois, a pergunta pede o complemento da fração dentro do subconjunto, e as alternativas oferecem os valores intermediários do cálculo. RECORRENTE **Razão e proporção** em TRT6 18, TRT15 18, TRT9 22, TRT16 22, TRT13 22, TRT14 22, TRT24 25	RAZÃO E PROPORÇÃO
Média de durações em horas e minutos **Conhecimento exigido:** cálculo de intervalos de tempo entre horários de início e término, conversão para minutos e média aritmética das durações. **Ponto de atenção:** subtrair horários em base sexagesimal exige converter horas em minutos se os minutos finais forem menores que os iniciais; padronize tudo em minutos antes de somar e só reconverta em horas no fim. RECORRENTE **Calendários e tempo** em TRT2 18, TRT22 22, TRT16 22, TRT13 22	CALENDÁRIOS E TEMPO
Valor numérico de expressão algébrica **Conhecimento exigido:** substituição de variáveis em expressão algébrica com respeito à ordem das operações, em que a potência precede a multiplicação e esta precede a soma. **Ponto de atenção:** o expoente incide apenas sobre a variável a que está ligado, e não sobre o produto inteiro; elevar ao quadrado o produto dos fatores, ou somar antes de multiplicar, gera as distratoras. RECORRENTE **Operações e problemas aritméticos** em 10 outras provas	OPERAÇÕES E PROBLEMAS ARITMÉTICOS

Licença de uso individual e intransferível. São proibidos a reprodução, o compartilhamento e a revenda, totais ou parciais, sem autorização da autora (Lei 9.610/1998).

ESTA FOI SÓ UMA AMOSTRA

Comece pelo que *a banca já cobrou.*

- As provas de Analista Judiciário dos TRTs de 2018 a 2025: 1.013 questões jurídicas
- Tema, ponto cobrado, fonte, dispositivos e precedentes de cada questão
- Recorrências sinalizadas em cada entrada e reunidas em quadro próprio
- Raio-x, leitura estratégica e pontos de atenção de cada prova
- Bônus: Matérias Gerais, com 487 questões

CATÁLOGO + BÔNUS · PREÇO DE LANÇAMENTO

~~R$ 99~~ **R$ 57**

QUERO ESTE CATÁLOGO

Vai prestar TRF e TRT? Conheça o combo de Analista (os dois catálogos por R$ 97)

Aponte a câmera para o QR code ou toque no botão para garantir o seu

@patriciaiuris